



ATA Nº 04/2022

Aos 19 dias do mês de abril de 2022, pelas 22.00 horas, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a primeira reunião da segunda sessão ordinária do ano 2022, a Assembleia Municipal de Espinho presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
2. Tomar conhecimento da atividade levada a cabo pela CPCJ de Espinho em 2021;
3. Apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas 2021;
4. Deliberar sobre a desafetação de parcelas de terreno de Domínio Público Municipal para o Domínio Privado Municipal - Processo LE-ARU n.º 7/20;
5. Deliberar sobre a proposta de nomeação da entidade PALM – PEREIRA, ALMEIDA, LINHARES, MONTEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA., para os serviços de auditoria, revisão e certificação legal de contas do Município de Espinho, para os anos de 2022, 2023 e 2024;
6. Deliberar sobre propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
7. Aprovar as atas;
8. Aprovar o Regimento da Assembleia Municipal de Espinho
9. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal
10. Tomar conhecimento da Alteração por Adaptação do Plano de Pormenor do Estádio do Sporting Clube de Espinho, na sequência da transposição das Normas do Programa da Orla Costeira - Caminha-Espinho (POC-CE).
11. Tomar conhecimento da Informação relativa às autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos Documentos Previsionais 2022.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, João Humberto Santos Cunha Bastos, José Adolfo Carvalho Rocha, Jorge Eduardo da Nave Pina, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz

Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho Guedes e de Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Adelino Miguel Lino Moreira Reis. Estiveram também presentes os Senhores Vereadores Maria Manuel Barbosa Cruz, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João Manuel Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, referindo que estava a ser transmitida em direto, e informou que por razões de carácter técnico, o ponto 2: Tomar conhecimento da atividade levada a cabo pela CPCJ de Espinho em 2021 seria incluído na ordem de trabalhos da sessão de junho, passando-se de imediato ao primeiro ponto da ordem de trabalhos:

Beatriz Manso Preto (PSD):” Moção: No passado dia 08 de março assinalou-se o Dia Internacional da Mulher, data que, por razões evidentes, não poderia deixar passar em branco. Não tendo tido a oportunidade para o fazer aquando da sua data e, como todos os momentos são adequados, fá-lo-ei agora. Reconhecido no mundo desde o século XIX, este dia nasceu fruto de um movimento trabalhista em Nova-Iorque. Esta postura global, ainda hoje, e ironicamente, mostra-se necessária para que se atinja uma igualdade plena entre homens e mulheres, sem se deixar de tratar diferente o que é diferente e igual o que é igual. Relembrando o tema do Dia da Mulher do passado ano de 2021, da EUROCID, “Alcançar um futuro igualitário num mundo de COVID-19”, onde foi destacado o papel das mulheres no combate a um dos maiores desafios atuais para a humanidade, permitam-me que se ressalve o papel de todas aquelas que, paralelamente a muitos homens, foram o auxílio em hospitais, lares, escolas, supermercados, e em demais serviços, autarquias, governo e mesmo nas



suas próprias famílias. Todavia, pasme-se, numa declaração elaborada pela Comissão Europeia, datada de 5 de março de 2021, e cite-se, “embora as mulheres constituam a maioria dos trabalhadores de primeira linha no setor dos cuidados de saúde, praticamente não estiveram representadas nos processos decisórios relativos à pandemia. Por exemplo, 85,2% dos participantes à frente dos grupos de trabalho nacionais dedicados à COVID-19 de 87 países, incluindo 17 Estados-Membros da UE, eram homens”. Lamentavelmente, os pensamentos sociais como “são surpreendentemente competentes”, ainda se mantêm e, na política, o mesmo se verifica. Vejamos, como exemplo, o resultado das últimas eleições legislativas onde a percentagem de mulheres eleitas diminuiu comparativamente às eleições de 2019. Este passo atrás na democracia é, também ele, um retrocesso nos direitos que as mulheres conquistaram até aos dias hoje, nomeadamente, o direito ao voto, o caminho pela igualdade salarial, a maior representação em cargos de liderança, a proteção em situações de violência física/psicológica ou mesmo o acesso à educação em certas partes do mundo. Recordando o percurso trilhado pelas mulheres do século XIX e analisando o mundo em que vivemos atualmente, debatemo-nos com a dura realidade do longo percurso que ainda temos pela frente. Neste sentido, há que relembrar a importância do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação implementado aqui no concelho de Espinho, por se tratar de um instrumento essencial à promoção da igualdade entre homens e mulheres e ao combate a todas as formas de violência e discriminação. Muitas mais conquistas virão, e está nas mãos dos mais jovens a chave para traçar o caminho e as soluções para esta urgente disparidade, chocantemente normalizada em pleno século XXI. Por fim, e como não poderia deixar de ser, deixar uma palavra de alento a todas aquelas que, fruto da terrível guerra vivida na Ucrânia, sofrem pelos crimes cometidos. Infelizmente têm sido estas as vítimas mais fáceis das atrocidades vividas, peso este que carregarão consigo pelo resto das suas vidas. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida em plenário no dia 19 de abril de 2022, delibera: 1. Protestar contra todos os crimes cometidos contra as mulheres no conflito em curso na Ucrânia. 2. Saudar as comemorações do Dia da Mulher, reforçando a importância desta data e relembrando todas as conquistas históricas em prol da igualdade de género; 3. Apelar a todos, homens e mulheres, para que continuem a luta por uma sociedade livre de discriminações, onde a mulher terá sempre um lugar como o homem; 4. Saudar todos aqueles que, diariamente, batalham contra a discriminação e contribuem para que hoje todos vivamos num mundo mais igualitário.”

Votação: aprovada por unanimidade dos presentes

Declarações de voto:

João Matos (BE): "Há 45 anos, a Organização das Nações Unidas oficializou o Dia Internacional da Mulher, como símbolo das lutas das mulheres operárias em várias partes do mundo desde o final do século XIX. O dia 8 de março tornou-se um marco na história da emancipação das mulheres, mas é também um dia para ganhar balanço para a luta pelos direitos que ainda nos são negados. O que começou por reivindicações por direitos de cidadania e do direito ao voto das mulheres firmou-se como o início de muitas lutas que determinaram conquistas marcantes no campo da igualdade de tratamento e de oportunidades. Em Portugal, as mulheres têm hoje não só direito ao voto sem restrições, como direito ao aborto seguro. São maioritárias no ensino superior, integram em força o mercado de trabalho e conquistaram a representação política. Quatro décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas persistem desigualdades estruturais em várias esferas da vida que imprimem uma linha divisória entre elas e eles e espelham uma teia de relações de dominação cujo fio condutor é o sistema patriarcal dominante. Aqui e em todo o mundo, a opressão secular do sistema patriarcal teima em querer subalternizar as mulheres por serem mulheres. Permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a segregação nos cargos de chefia e liderança e a desigualdade salarial que se agrava na reforma. Perdura a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. Mantém-se a naturalização do assédio e da violência doméstica e continuam a morrer mulheres em relações de intimidade. São as mulheres as principais vítimas de tráfico, exploração sexual e violação e a justiça machista insiste em desvalorizar a violência, desculpabilizar agressores e responsabilizar as vítimas. Sabemos que estas violências são mais profundas quando se cruzam múltiplas discriminações e por isso esta deve ser uma luta interseccional e internacional. O ano que marca o vigésimo sétimo aniversário da Plataforma de Ação de Pequim, instrumento internacional de referência para a eliminação dos obstáculos à plena igualdade entre homens e mulheres, confirma o crescimento dos movimentos e partidos de extrema-direita em todo o mundo. Portugal não é exceção e no parlamento e fora dele, assiste-se ao recrudescimento do conservadorismo e



reacionarismo, dos comportamentos racistas, machistas e misóginos que trazem consigo a ameaça do retrocesso de direitos, da igualdade, da solidariedade. Por todas as mulheres e com todas as mulheres, o objetivo da Igualdade exige o combate à cultura machista instalada e a coragem de alterar as estruturas do poder estabelecido, os papéis estereotipados e a opressão sobre as mulheres. O abuso machista de que tomámos conhecimento há alguns dias atrás, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, é a ponta do icebergue, por ser mais destemido, temerário e alarve. Mas é transversal e aceite ainda na cultura patriarcal portuguesa que urge dismantelar. A Moção apresentada pela Sra. Vogal Beatriz Manso Preto, do PSD, mereceu, assim, a nossa aprovação.”

Teixeira Lopes (PS) pediu um ponto de ordem à Mesa e disse que não podia aceitar que uma declaração de voto se tivesse transformado numa intervenção política, o que considerava oportunismo, pedindo ao Presidente da Assembleia Municipal que atitudes como aquela não se repetissem.

Presidente da Assembleia disse que não podia interferir nas declarações de votos dos vogais.

Paulo Leite (PSD) fez a seguinte declaração de voto: “O PSD votou favoravelmente esta moção do membro da bancada do PSD, Beatriz Loureiro, que veio hoje também de certa forma, em representação do PSD, mas também da JSD de Espinho e queria saudar a Beatriz e a JSD por este trabalho, muito bem feito, da elaboração deste documento e da apresentação de um tema da maior importância que nos deve fazer refletir a todos, continuar a refletir sobre este tema e, naturalmente que, tendo sido apresentado pela bancada do PSD e por alguém que o representa tão bem, deixar aqui uma saudação, neste caso pessoal, à Beatriz, pela capacidade que conseguiu demonstrar na elaboração do documento e na qualidade que conseguiu aqui apresentar.”

Jorge Pina (PS): *“A guerra e a paz: É a guerra aquele monstro que se sustenta das fazendas, do sangue, das vidas e quanto mais come e consome, tanto menos se farta. É a guerra, aquela tempestade terrestre que leva os campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades e talvez em um momento de sorte, os reinos e monarquias inteiros. É a guerra, aquela calamidade composta de todas as calamidades em que não há mal algum que, ou não se padeça, ou se não tema, nem bem que seja o*

próprio e seguro. O pai não tem seguro o filho, o rico não tem segura a fazenda, o pobre não tem seguro, o seu suor, o nobre não tem segura a honra, o eclesiástico não tem segura a imunidade, o religioso não tem segura a sua cela, e até Deus nos templos e nos sacrários não está seguro. Assim definia a guerra o Padre António Vieira, não que fosse um pacifista intransigente, foi um dos esteios da restauração na guerra que durou de 1640 a 1668. Mas sabia do que falava e, sobretudo, qual era o preço da guerra entre uma confissão e uma extrema-unção, detalhe deixado de lado pelos que normalmente nas cómodas retaguardas, desencadeiam guerras e invasões com tanto maior ligeireza, quanto maior é a distância à linha da frente. A guerra está de novo desencadeada por um novo candidato a czar o Senhor Putin, numa Europa que mesmo depois do 50 milhões de mortos na Segunda Guerra Mundial, quando se julgava tal fatalidade erradicada para Sempre, ei-la que ressurge, desta vez em direto e em tempo real, entrando de repente no remanso ilusório das nossas casas. Sou um testemunho vivo do preço da guerra. Cada vez menos vivo, mas sempre militante na exposição das nossas marcas físicas e psíquicas e no silêncio ensurdecido dos cemitérios.

Procedeu à leitura de um poema de José Gomes Ferreira: *“ Fui um dia dar com Deus, à taberna do diabo entre cristãos e ateus fizeram de mim saudado e eu sem querer, fui embarcado. Levei armas e um galão para o outro lado do mar. Quis levar o Coração não me deixaram levar e eu, sem querer, ia matar. Deram-me uma Cruz de guerra quando matei meu irmão e o povo da minha Terra promoveu-me a capitão e eu sem querer fiquei Papão. Todos me chamam herói, ninguém me chama Manel. Quem quer uma Cruz de guerra que eu já não vou para o quartel.”*

Todas as guerras têm algo em comum, sabe-se quando começa, mas nunca se sabe quando acabam. O senhor Putin sabe bem o que comanda na invasão e passo a citar o Papa Francisco: um massacre, a quem homens e Mulheres desarmados, crianças, muitas crianças, idosos idosas depois da destruição de hospitais, dizem mais de 100, escolas, institutos, universidades, infantário, creche, teatros com civis lá dentro, procurando proteção, igreja e, sobretudo, bairros inteiros de civis desarmados. Massacrando tudo e todos e exterminando e arrasando cidades, disparando mesmo contra ucranianos que quando fogem com os seus filhos ao colo de tenra idade, são baleados barbaramente, provocando um Holocausto, de mais de 5 milhões de refugiados inocentes, procurando fugir da guerra para proteger os seus filhos.”



Dedicou ao sofrimento de todas as mães portuguesas do seu tempo, das mães russas, pelos seus filhos soldados e das mães dos soldados ucranianos que defendem com a sua vida, a liberdade, a soberania e o facto de quererem ser um povo, um poema de José Ferreira; *“Menina dos olhos tristes, o que tanto a faz chorar. O soldadinho não volta do outro lado do mar. Senhora de olhos cansados porque a fadiga o tear. O soldadinho não volta do outro lado do mar. Senhor de olhar cansado olha o cachimbo a apagar. O soldadinho não volta no outro lado do mar. Anda bem triste, o amigo, uma carta o fez chorar. O soldadinho não volta do outro lado do mar. Vem numa caixa de Pinho Do outro lado do mar. Desta vez o soldadinho Nunca mais se faz ao mar”*

E terminou lendo a parte deliberativa do documento: “Assim, a Assembleia Municipal de Espinho, reunido em 19/04/2019, condena e reprova a invasão ordenada e comandada pelo Senhor Putin à Ucrânia, um país independente, livre e soberano. Condena também veementemente o massacre generalizado que as tropas do senhor Putin estão a realizar, provocando uma autêntica chacina e “hipotéticos em investigação” milhares de crimes de guerra, bem como violações em Mulheres e crianças, exemplo do que aconteceu em Bucha, Borondienka, Marriopol e muitas outras centenas de aldeias e cidades. O ataque a 4000 civis, cuja maioria eram Mulheres e crianças que esperavam pelos comboios de evacuação e salvação na estação de Kramatoisk constituindo hipotéticos crimes de guerra perpetuados por carneiros, selvagens, desumanos, autênticos exterminadores de ucranianos. Esperando que sejam efetuados todos os esforços pelas partes beligerantes no sentido de o mais rápido possível, seja encetado um diálogo objetivo para se poder encontrar o cessar-fogo e a paz.”

Ana Resende (CDU) referiu que votaria a favor de qualquer moção sobre a paz, mas, relativamente à apresentada, e com todo o respeito que tinha por qualquer combatente de guerra e até pelo testemunho do vogal Pina, com todo o respeito que tinha pelo seu passado, não podia aprovar o documento, desde logo pela falta de rigor no mesmo, e até pelos dados históricos, que estavam errados, nomeadamente quanto ao número de mortos da Segunda Guerra Mundial e também porque não lhe parecia que tivesse dignidade, pela forma como se dirigia e adjetivava um conflito que podiam condenar, mas que não os autorizava a sucessiva adjetivação e o centrar a questão numa figura, num dos Chefes de Estado beligerantes, sendo que não lhe parecia que tivesse rigor, nem dignidade para ser enviado às altas instancias referidas no

documento. Disse que havia muita coisa ainda por esclarecer, sendo que a comprovação da existência de crimes de guerra não eram as notícias que passavam na televisão, nos jornais, mas passava pela criação de uma comissão independente que investigasse para chegar a uma conclusão.

Jorge Pina (PS) protestou dizendo que estava à espera daquela cartilha porque era exatamente igual à posição da CDU no Parlamento, que, segundo parecia, nem sequer queria estar presente para receber o Presidente da Ucrânia. Que também na Assembleia Geral do Parlamento Europeu, onde houve 637 votos a favor de uma moção contra a invasão, 26 abstenções e 13 votos contra, dois dos elementos do Partido Comunista juntaram os seus votos aos votos da direita e dos fascistas.

Ana Rezende (CDU) contra protestou e referiu que não sabia se era cartilha o que o vogal Jorge Pina veio explicar, mas também já estava à espera dela e que, relativamente à deliberação do Parlamento Europeu, perguntou se a conhecia, e se conhecia as razões pelas quais os eurodeputados da CDU votaram contra, aconselhando-o vivamente a ler a deliberação, nomeadamente a partir do ponto 25. Disse que o Papa Francisco foi a primeira pessoa, depois dos políticos e, neste caso dos eurodeputados eleitos pela CDU a votarem contra que 2% do PIB fosse encaminhado para a guerra, para aumento dos orçamentos de defesa de países que não são beligerantes, e fez notar que a guerra na Ucrânia não começou agora, mas começou há já 8 anos.

Paulo Leite (PSD) referiu que aquele tema tinha a maior relevância atualmente e que todos deviam estar solidários com o povo ucraniano que estava a ser invadido, retirando-lhe os seus direitos, sendo absolutamente inaceitável o que a Rússia estava a fazer sobre a Ucrânia. Que, naturalmente, na comunicação existia sempre manipulação, mas existia dos dois lados, sendo que só faltava vir ali dizer que a Ucrânia tinha que pedir desculpa à Rússia por estar a ser invadida. Que, em democracia, em que viviam, não podiam aceitar aquela realidade. Que tinham de pensar no porquê dos países quererem pertencer à NATO e certamente que era porque se sentiam ameaçados, e assim queriam defenderem-se e serem defendidos. Quanto aos países gastarem 2% do seu PIB em armamento, disse que muitas vezes para se manter a paz, tinha de acontecer e que, daquela forma, tinham que estar preparados para saber resistir àquele tipo de atuações de ditadores, de autocratas, de indivíduos que atuavam como estava agora a atuar o Sr. Putin, a quem parecia que a



história nada ensinou. Que não conseguia aceitar que houvesse quem estivesse a encontrar justificações para que um país invadisse outro. Disse ainda que queria também deixar a sua solidariedade para com o vogal Pina que, tendo sido ex-combatente, merecia o respeito máximo. Que também ele serviu as forças militares portuguesas, felizmente já fora de tempo de guerra, e conhecia muito bem o que era o orgulho de representar a nação, e que, se hoje fosse militar e Portugal fosse invadido, estaria na linha de frente, combatendo aqueles que pretendiam invadir, que pretendiam ficar com o que era deles. Acrescentou que, alegar que os ucranianos eram nazis era ridículo, era inaceitável, pelo que partilhava da opinião do vogal Pina, até mesmo com as palavras mais fortes, achando, francamente que ainda não eram suficientemente fortes para rotular quem, de forma tão bruta, tão estúpida, fazia aquilo que estava a fazer a um povo que estava a sofrer e que estava a dar o seu sangue pela sua Terra. Que tinham obrigação de estar ao lado deles, talvez mais ainda do que estavam. Finalizou referindo que o PSD estava, obviamente, e naturalmente, a favor daquela moção

Ana Rezende (CDU) disse que talvez não se tenha bem explicado, porque não aprovava nenhuma invasão, assim como não apoiava o Senhor Putin, mas que não aceitava a visão dicotómica das coisas, uma visão maniqueísta dos acontecimentos e dos factos, com o Sr. Putin de um lado e os Ucranianos do outro. Que o Sr. Putin, sozinho, não fazia nada, existindo um poder económico instituído na Rússia, com que não concordava, mas que também existia na Ucrânia, deixando levar as coisas até onde foram. Que não havia justificação nenhuma para a guerra, para uma invasão, mas que havia factos, não tão antigos quanto isso, que explicavam muito do que se estava a passar. Que não ia embandeirar em arco com suspeitas da prática de crimes de guerra, que, se calhar, foram cometidos pelos dois lados beligerantes, sem haver uma investigação séria, independente.

Paulo Leite (PSD) protestou referindo que também não disse que a vogal Ana Rezende não era a favor da paz, acreditando que era a favor, mas que tinha alguma dificuldade em aceitar alguns dos argumentos para justificar aquela brutalidade que, no fundo, era o que acabou por fazer por muito que não quisesse. Sobre ser preciso investigar, disse que, investigar depois de mortos, não iria adiantar nada, era preciso fazê-lo já. reconhecendo que havia muitos soldados russos a morrer também, que não tinham culpa, como no caso do navio Almirante russo que foi afundado e que os russos diziam

que teve um incêndio, mas curiosamente, tinha sido atingido por dois mísseis. Que, de facto, na Rússia vivia-se numa oligarquia, sendo o poder económico a mandar, todos sabiam que não foram certamente democratas que puseram o Sr. Putin no poder e esperava muito francamente que, no final, fosse o princípio do fim do Senhor Putin. Que não lhe interessava se havia ou não manipulação da informação, o que interessava era a informação que lhes chegava manipulada ou não, de pessoas mortas, mulheres violadas, mulheres mortas com os filhos ao colo, pessoas atingidas numa estação, num teatro a defender o que era seu e que foram brutalmente agredidas e que não vê que haja espaço sequer para estarem agora a ver se a culpa foi de A ou B, se a televisão filmou do lado esquerdo ou do lado direito. O que sabia era que estavam a morrer pessoas, que a Ucrânia era um país que estava sossegado, que tinha Presidente, um Homem com H grande, que estava a defender o seu país, a representar corretamente o seu país e que devia ser alvo de admiração e de apoio. Queria deixar muito claro, que tanto como o vogal Pina, ficava revoltado, com aquela invasão e que não aceitava que houvesse qualquer tipo de defesa ou que se ensaiasse qualquer tipo de defesa perante aquela atitude que estava a ser tomada por parte da Rússia e por parte do senhor Putin, que efetivamente, tinha a sua oligarquia montada. Que a Rússia tinha de parar já e repor tudo aquilo que retirou aos ucranianos, sendo que, infelizmente, não podiam repor as vidas, tinha que ser responsabilizada por tudo aquilo que estava a fazer.

Ana Rezende (CDU) contra protestou referindo que as investigações, muitas vezes, eram feitas a cadáveres *post mortem*, era o princípio da própria investigação criminal e que nos crimes de guerra assim se passava, entre outras coisas que se investigavam relativamente as suspeitas de ações sobre civis e de ações tipo massacre. Referiu de novo que não aprovava nenhuma invasão e que não apoiava o Senhor Putin, mas que também não apoiava o Senhor Zelensky. Disse que, no início de dezembro último, o senhor Zelensky apresentou no Parlamento ucraniano, um projeto de lei que autorizava a entrada de unidades armadas estrangeiras na Ucrânia, para participarem alegadamente em manobras militares. Que integrou, nas suas forças militares e nas suas polícias, forças Neo nazis, nomeadamente o batalhão AZOV. Que Putin ou Zelensky estavam bem um para o outro e que o grande problema da guerra eram as pessoas, porque, nesta dicotomia, entre Putin e Zelenski, "venha o diabo que os escolha"



Paulo Leite (PSD) Contra protestou, referindo que entre Putin e Zelenski, 10 vezes Zelenski

Votação: o documento foi aprovado com 23 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção

João Matos (BE): "VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO: No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história "Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso", mas também pela trágica morte de vários activistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que se consubstanciou, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora. Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após a Revolução de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional. Foram ainda consagrados os direitos à greve, à contratação colectiva e à organização sindical, a par da fundação de um novo e fulgurante movimento do trabalho nas empresas, as Comissões de Trabalhadores. O mundo mudou radicalmente nos últimos 135 anos, desde que a reprimida manifestação em Chicago exigiu a jornada de oito horas diárias. E, apesar das mudanças tecnológicas que prometeram libertar tempo para viver, ainda se trabalham 40,2 horas por semana na próspera e desenvolvida União Europeia - 40,8, em Portugal -, se incluirmos horas extraordinárias. Se é verdade que nestes 135 anos, os trabalhadores (agora conhecidos por "colaboradores", para sublinhar a ausência de vínculos) conquistaram férias pagas, a semana inglesa, o direito à greve, a licença de parto e de doença, a reforma na velhice ou a negociação colectiva, as últimas três décadas foram de retrocesso. Esse enorme recuo não se traduziu somente na subtracção de direitos e garantias constantes na lei laboral, o que também aconteceu. Tratou-se de criar uma realidade paralela, uma narrativa que se ancorou no "excesso de rigidez" das leis de trabalho, eufemismo para "excesso de direitos" dos trabalhadores. Assistimos há já algum tempo a um discurso enaltecido da ética do

empreendedorismo, que vende a fábula de que quem aceitar ser um escravo será mais livre. Porque os direitos que os trabalhadores conquistaram, e que garantiram um século de liberdade crescente – contrato, horário de trabalho, salário, direito a férias e a segurança –, são apresentados como uma prisão que o impede de ser tão rico como aquele para quem trabalha. Também as novas formas de trabalho, no advento do “progresso” tecnológico, permitem que, ao dia de hoje, em Portugal, se trabalhe 12 ou 14 horas por dia, sete dias por semana, ao ritmo do século XIX, para que no fim se obtenha um salário indigno, são o exemplo da nova escravatura. São o futuro que nos é tantas vezes proposto. Sem proteção na doença, sem férias, sem licenças, sem contratos, sem limites na jornada de trabalho. Como há 135 anos. Mas com a promessa que a um destes empreendedores escravizados poderá sair a lotaria. No campo laboral, no nosso país, ainda a braços com os desafios trazidos por mais de dois anos de pandemia, são inúmeras as consequências para a economia e para os trabalhadores. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e energia, com impacto tremendo nos preços de bens essenciais. Por isso, assinalar o 1º de maio, é também momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, a valorização dos salários, tanto da função pública como do sector privado. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender o direito a um emprego estável e a um salário condigno. No município de Espinho, são preocupantes as situações dos trabalhadores do Grupo Solverde, cujos vencimentos são os mais baixos do sector. Recordamos que a empresa liderada por Manuel Violas, que, intocável, se furta às regras impostas ao cidadão comum e usa paraísos fiscais para esconder a sua fortuna, se recusa a negociar com os trabalhadores desde 2006, quando foi estabelecido o último contrato colectivo de trabalho. Não esquecemos também os trabalhadores do nosso município, que não cessaram nunca a sua actividade, até nos momentos em que foram declarados os vários estados de emergência e anunciadas medidas extraordinárias para conter a propagação da COVID-19, continuando a cumprir diariamente funções imprescindíveis à vida da nossa comunidade, e foram sendo desprezados pelo poder político, que não regulamentou nem aplicou o suplemento de insalubridade, penosidade e risco, medida de inegável justiça. Também a precariedade que atinge as trabalhadoras da Misericórdia de Espinho, os funcionários judiciais, os feirantes, os operários, os pescadores, os trabalhadores da restauração e do turismo, bem como a explosão do



novo proletariado de serviços, que se desenvolve com o trabalho digital, exige de nós, actores políticos, um compromisso social intransigente, a tomada de partido pelo povo explorado. Exige de nós o combate sem tréguas a tudo aquilo que eterniza a pobreza e aumenta a desigualdade. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 19 de abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de março, delibera: Saudar o 1º de Maio e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.”

Teixeira Lopes (PS) referiu que, o 1º de Maio em Espinho foi sempre celebrado, mesmo em fascismo, que foi sempre uma data de luta, de solidariedade para com aqueles que trabalhando mais de 8 horas por dia, não eram pagos com uma remuneração decente, e foi sempre celebrado em Espinho, mesmo depois da democracia ter sido implantada em Portugal. Disse querer prestar uma pequena homenagem a uma das lutas que teve a oportunidade de conhecer de perto numa das fábricas mais importantes do Concelho de Espinho, a Manuel Fontes, onde, por desnorte de um filho do proprietário, foi despedida uma delegada sindical que pertencia ao Sindicato dos Têxteis no Distrito de Aveiro e outra trabalhadora, levando à paralisação daquela empresa por mais de um mês, reivindicando-se a readmissão daquelas duas trabalhadoras. Que, frente à Câmara, todas as semanas, vinham dizer da sua justeza, da sua luta, sendo que as trabalhadoras foram readmitidas, e a fábrica regressou ao trabalho. Referiu ainda que, na fábrica Fontes, os trabalhadores não faziam greve porque, quando a Federação do têxtil proclamava uma greve, reuniam-se num plenário e diziam que, embora os trabalhadores da fábrica Fontes estivessem solidários com a greve do sindicato dos têxteis, não faziam greve porque, na fábrica Fontes eram pagos acima do próprio contrato coletivo que estava a ser reivindicado. Que isso demonstrava uma consciência de trabalho, uma dignidade profissional e uma grande solidariedade com os trabalhadores. Que o PS votaria a favor da moção, embora contivesse algumas referências que não lhe pareciam que se justificassem em função do conteúdo que apresentou, em função da fundamentação, sendo que, eram notas de rodapé que não tinham grande importância, como a referência feita à uma empresa de Espinho e à Misericórdia de Espinho.

Paulo Leite (PSD) disse que a parte deliberativa do documento apresentado merecia a aprovação do PSD, mas que, nos considerados constavam algumas coisas como acabou de mencionar o vogal Teixeira Lopes, que tinham uma forte carga relacionada com o defendido pelo Bloco de Esquerda. Que, embora nem sempre defendessem exatamente a mesma coisa, nem tivessem exatamente a mesma perspectiva, existiam coisas aceitáveis, como, na parte deliberativa, quando se diz que se deve saudar o 1º de Maio, com certeza que sim, saudar a coragem de todos os homens e Mulheres que exigiam dignidade, com certeza que sim. Que todos os princípios que ali estavam declarados mereciam o seu apoio, mas que fazer acusações a organizações do Concelho de Espinho, que não eram do âmbito político, nem do âmbito daquele órgão do município, na ótica do PSD, não podiam permitir que se dissessem, votando a favor, como no caso do último parágrafo da segunda página, embora admitisse que, no município de Espinho, as situações eram preocupantes, mas que era um tema para redimir em lugar próprio, e ainda pior do que isso, era fazer ali uma acusação que não tinham capacidade para avaliar, pelo que não concordavam que constasse do documento. Relativamente ao referido no documento sobre o município não ter aplicado o suplemento de insalubridade, recordou que, até há bem pouco tempo, o Bloco de Esquerda, não fazendo parte do Governo, mas fazendo parte daqueles que influenciavam, não puxou por essas questões. Assim, se fossem retirados os 2 textos que assinalou e também o referido sobre a precariedade que atingia as trabalhadoras da misericórdia de Espinho, o PSD votaria o documento favoravelmente, caso contrário, embora concordasse com a parte deliberativa, não poderia votar favoravelmente um documento que pretendia, fundamentalmente, celebrar o primeiro de maio e misturava outras coisas que dele não deviam constar.

João Matos (BE) saudou a posição do vogal Teixeira Lopes, que trouxe uma preleção muitíssimo pertinente no relato da luta dos trabalhadores da fábrica Manuel Fontes e do teor extraordinário daquela luta, bem como de outras lutas de trabalhadores oprimidos e que no fim da sua intervenção tocou no ponto das trabalhadoras da Santa Casa da Misericórdia e da precariedade das trabalhadoras da Santa Casa da misericórdia que referia no voto de saudação e entendia que a precariedade dos vínculos de Mulheres que cuidavam, - quando ainda há pouco saudaram ali numa moção, também muito pertinente, o papel das Mulheres, - com vínculos precários, sem qualquer motivação ou cuidado não eram notas de rodapé para eles. Respondendo ao vogal Paulo Leite disse que acreditava que as saudações a datas



como o 1ª de Maio, não podiam ser somente proclamações, verbo de encher, tinham de ter consequência e tinham que ter consequência na vida da gente, logo, o que fez não foi embrulhar, foi traduzir as lutas dos trabalhadores e os sofrimentos dos trabalhadores ao que aqui se passava naquela cidade, com exemplos das trabalhadoras da Misericórdia, dos trabalhadores do Grupo Solverde e tocou na acusação que fez a Manuel Violas, quanto ao modo como escondia as suas fortunas em paraísos fiscais, porque muita gente pensava como o vogal Paulo Leite, referindo que não era do domínio político. Fez notar que sim, que era do domínio político e que era exatamente pelo domínio político abandonar, fazer orelhas moucas de questões e desvios como aqueles que Manuel Violas cometeu, que eram realizados.

Ana Rezende (CDU) disse que, naturalmente, a CDU votaria favoravelmente aquela saudação. Sobre o subsídio de insalubridade, penosidade e risco, disse que, quando se falava em poder político, devia haver uma distinção, porque o subsídio estava já regulamentado pelo poder central, sendo que o município de Espinho ainda não o aplicou e que a última informação que teve da autarquia de Espinho ainda, com a Presidência do anterior Presidente, era que estava em vias de aplicar-se e, talvez, o atual Presidente pudesse esclarecer.

Presidente CME esclareceu que já reuniram com os respetivos sindicatos e estavam numa fase avançada de conclusão do processo.

Paulo Leite (PSD) referiu que se a medida estava regulamentada, o erro estava no documento apresentado pelo BE. Perguntou ao vogal do BE se estava disponível para retirar aqueles 2 parágrafos para o PSD votar favoravelmente.

João Matos (BE) disse que a vogal Ana Rezende tinha toda a razão na correção que fez, porque de facto, a medida estava regulamentada. Recordou ao vogal Paulo Leite que o Bloco de Esquerda não influenciava o poder desde 2019, assim que o Partido Socialista optou por não dar continuidade a um conjunto de políticas concertadas e progressistas e quanto ao subsídio de insalubridade, penosidade e risco, referiu que o Bloco de Esquerda sempre teve um posicionamento, constante do trabalho realizado na Assembleia da República, favorável à regulamentação e aplicação daquele subsídio. Acrescentou que, sendo consequente com a sua intervenção anterior, não retiraria absolutamente nada do texto.

Ana Rezende (CDU) disse que embora não estivesse em causa a CDU aprovar e votar favoravelmente, o parágrafo sobre os trabalhadores do município devia ser alterado, terminando após a palavra comunidade, porque não era verdade o que ali estava escrito

João Matos (BE) propôs a seguinte redação para o penúltimo paragrafo "... e foram sendo desprezados pelo poder político, que não aplicou ainda o suplemento de insalubridade, penosidade e risco medida de inegável justeza."

Votação: rejeitado com 11 votos contra, 12 abstenções e 2 votos a favor

Declarações de voto:

Presidente AME: "Acho que se perdeu uma excelente oportunidade de se gerar um movimento de unanimidade em função de uma data que é relevante, importante que é o 1º de Maio. A persistência de nomeação de pessoas e de entidades que são importantes para o concelho e fora deste âmbito tornam impossível eu poder votar favoravelmente, apesar de concordar com grande parte do texto e inteiramente com a parte deliberativa, mas infelizmente, dentro daquilo que foi dito e no seguimento daquilo que já foi referido pelo Senhor Vogal Paulo Leite, não posso votar favoravelmente.

Paulo Leite (PSD): "Venho reforçar também exatamente aquilo que acaba de dizer o Senhor Presidente da Assembleia. Que tenho pena que se tenha perdido uma oportunidade de assinalar este dia 1º de Maio, deixando aqui muito claro que também nós, no PSD, saudamos o 1º de Maio, a coragem de todos os homens e Mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia, desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço. Nós estamos claramente a favor disto, não podíamos votar um documento que traz em si algumas afirmações que, tal como diz o Senhor Presidente José carvalhinho, não faz muito sentido que estivessem neste documento. Tenho alguma pena que não tenha, enfim sido feito um esforço no sentido de tornar possível este voto favorável e por unanimidade que eu julgo que era igualmente a intenção da bancada do Partido Socialista, que chegou a anunciá-lo e que, entretanto, no seio da discussão, chegou à conclusão que também nós chegámos, de que às vezes é possível com algum entendimento, naturalmente, que os acordos fazem-se com algumas cedências entre



as partes e deixar aqui o meu lamento por não ter sido possível votar favoravelmente este documento e deixar que esta Assembleia tivesse assinalado por unanimidade este dia 1º de Maio. E deixar aqui muito claro que o PSD, obviamente, estaria disponível para votar favoravelmente se a questão fosse apenas a que está na parte deliberativa.”

Ana Rezende (CDU) “Como já tinha explicado aqui, votámos favoravelmente, inclusivamente pelos considerandos da saudação. Só quem não anda à procura e não investiga pode querer aqui ignorar uma situação que é um flagelo, que é o que se passa com os trabalhadores de jogos no Grupo Solverde. Os dados estão aí para quem os quiser consultar, são, de facto, dos trabalhadores do setor do jogo, os que têm vencimentos mais baixos no país e não veem o seu contrato coletivo de trabalho, revisto desde 2006, porque o Presidente do grupo recusa-se a reunir com os Sindicatos. Portanto, acho muito importante que neste documento se fale a propósito do 1º de Maio das empresas sediadas no Concelho. O mesmo se diga relativamente à Misericórdia que também é do conhecimento público, o nível de contratação, que é o nível da precariedade e já vem ainda de antes, quando ainda tinham trabalhadores da segurança social e que acabava por ter trabalhadores com as mesmas funções com salários diametralmente diferentes daquilo que também seria exigido para o setor, e é preocupante que vogais desta Assembleia não se queiram inteirar da situação dos trabalhadores do seu Concelho. Relativamente aos trabalhadores do município, pouco se percebe porque é que também ainda não foi aplicado o subsídio de insalubridade penosidade e risco, sendo que está a fazer precisamente um ano, foi na Assembleia de abril, que o anterior Presidente da Câmara disse que estava a tratar disso. Chegamos um ano depois já com outro executivo camarário e a resposta é a mesma, estão a reunir com os sindicatos, sendo certo que a Câmara vai ter que pagar retroativos desse subsídio, Portanto, acho que se deve pôr o dedo na ferida, quando não vale a pena enaltecer o 1º de Maio e depois, na nossa realidade, todos os dias vemos que há atropelos à própria lei laboral e que há trabalhadores de facto a não serem bem tratados, digamos assim, por isso votamos a favor.

Paulo Leite (PSD) pediu para fazer um ponto de ordem à Mesa para esclarecer a Senhora vogal de que a defesa dos trabalhadores não era um exclusivo do Bloco de Esquerda nem do Partido Comunista, era também do PSD, ficando bem claro que, se

havia partido que defendia o interesse dos trabalhadores e o valor do trabalho era efetivamente o PSD

Presidente CME pediu apenas para esclarecer e fazer notar que o decreto-lei 93/2021 foi publicado em Diário da República em 9/11/2021.

João Matos (BE) "A minha declaração de voto serve apenas para reiterar que o Bloco de Esquerda não aceitou modificar o seu texto original, porque o Bloco de Esquerda não teme enfrentar poderes fáticos. É importante também que se diga que não é o Bloco de Esquerda que desprestigia as instituições que operam no Concelho, que estão sediadas no Concelho, não somos nós que as agredimos, o que agride essas instituições são as práticas das lideranças dessas instituições, são os contratos de trabalho dos trabalhadores dessas instituições. Não é o Bloco de Esquerda que as diminui o amesquinha."

Ana Rezende (CDU) "Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático: Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação. Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efectivo de mudar o rumo do País. E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam. Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em ruptura total com elas. Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti fascista,



pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado. Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, foi um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, foi o derrube do fascismo e do que o suportava. Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude e do povo. Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas. Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantlar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam. Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República. Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 19 de Abril de 2022, delibera: 1. Saudar o 48.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; 2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja acção deixou marca indelével no Poder Local; 3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização,

reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta; 4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios; 5. Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas.”

Teixeira Lopes (PS) disse que a comemoração do 25 de Abril era uma data que não tinha paralelo nos séculos XX e XXI em Portugal e qualquer um deles, que era criança, jovem ou adulto, sabe perfeitamente na vil e apagada tristeza em que se vivia. Que viviam em guerra colonial; viviam no Estado Fascista; havia a censura institucionalizada e viviam sob o jugo da PIDE. Acrescentou que o número de presos políticos era enorme, que grande parte da população portuguesa vivia na miséria, que grande parte, para poder sobreviver, tinha que imigrar por assalto. Que havia única e exclusivamente 3 universidades portuguesas, sendo que o 25 de Abril pusera fim a isso tudo. Que as 3 palavras do movimento das forças armadas, que nunca era demais realçarem, assentavam na democracia, no desenvolvimento, na descolonização e que aquelas 3 palavras, desenvolver, democratizar, descolonizar foram transcritas depois para a Constituição da República, primeira Constituição democrática, depois da instauração da ditadura em 1926, que veio, de certa maneira, repor a dignidade do povo e permitir o seu desenvolvimento económico, social, cultural e mais ainda veio permitir que as mentalidades dos portugueses se alterassem, porque foi muito difícil transformar mentalidades habituadas a não discutir, habituadas a única e exclusivamente obedecer, a serem maltratadas, exploradas, migrar para uma guerra que não queriam, com o número de mortos, o número de feridos, o número de indivíduos que ficaram incapazes para toda a vida, com as sequelas de carácter moral acarretadas para muitos e muitos lares. Que o Partido Socialista considerava que o 25 de Abril era uma data que devia ser festejada sempre, assim, viva ao 25 de Abril, viva ao movimento das forças armadas, viva a democracia e viva a liberdade.

Jorge Pina (PS) disse que abster-se-ia por uma única razão, uma vez que, um dos principais objetivos do 25 de Abril era acabar com a guerra colonial e naquela moção nada constava sobre isso e como viveu o 25 de Abril no hospital militar e conheceu a alegria de toda aquela gente, não podia votar a favor.

Ana Rezende (CDU) protestou, referindo que não pretendia ser um texto exaustivo sobre o que foi o 25 de Abril, tão só a sua dimensão ao nível do poder local e da forma de organização mais próxima das populações, nomeadamente para resolução dos seus problemas imediatos, que não era o discurso que cada bancada faria no dia 25 de



Abril, ali na Assembleia Municipal. Que se não leu com atenção toda a vertente, todo o conteúdo do documento, que era todo dirigido, de facto, ao poder local, tinha pena.

Jorge Pina (PS) fez um contraprotesto, perguntando à vogal Ana Rezende o que custava na frase *"Abril foi uma revolução, não uma "evolução" ou "transição" entre regimes, foi um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, foi o derrube do fascismo e do que o suportava"* ter acrescentado, *"tendo sido o principal objetivo o término da guerra colonial"*

Ana Rezende (CDU) fez um contraprotesto, referindo que também podia constar que um dos principais objetivos foi a abolição da polícia política, dado que, talvez o Sr. vogal nunca esteve preso pela PIDE, mas que ela teve familiares que estiveram, como muitas outras coisas que caracterizavam o regime fascista também não constavam do documento.

Abel Santos (PSD) referiu que o ponto 5 da parte deliberativa, parecia-lhe ter toda a oportunidade e que, ele como guetinense, era um assunto que lhe tocava particularmente e que queria aproveitar para saudar e felicitar a Assembleia de Freguesia de Anta e Guetim, em que os partidos já criaram uma Comissão para tratar do processo da desagregação e também a vogal da CDU pela inclusão daquele ponto.

Paulo Leite (PSD) fez um ponto de ordem à Mesa, propondo que a parte deliberativa do documento fosse votada ponto por ponto, de forma a poderem expressar corretamente aquilo que consideravam sobre cada um deles.

Ana Rezende (CDU) disse que, embora não tivesse ali o Regimento, estava convencida que não podiam votar ponto por ponto, sendo que o documento era um todo com os considerandos e que, se havia pontos com que não concordavam, tinham de tomar uma posição global.

Presidente AME disse que a Mesa não conseguia dirimir o assunto porque o Regimento era omissivo sobre a questão, mas entendia que, votado ponto a ponto, o documento podia ser desvirtuado e, portanto, não aceitou a proposta.

Votação: aprovado com 17 votos a favor e 8 abstenções.

Declarações de voto:

Abel Santos (PSD) "Lamento realmente que não tenha sido possível votar ponto a ponto e parecia-lhe que neste caso, os formalismos não deviam ter prevalecido. Compreendo perfeitamente a posição de Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, mas perante tais dúvidas em alguns dos pontos resta-me dizer que continuo a saudar a apresentação do ponto 5 e que a minha abstenção, não resulta desse ponto, mas de alguns dos outros"

Paulo Leite: "Para deixar aqui também o reparo que o PSD, naturalmente, é favorável a este documento, mas há aqui um ponto em que, mesmo dentro do próprio partido, a discussão ainda não foi suficientemente longa para que todos tenhamos um entendimento e estou a referir-me concretamente ao ponto 4, a questão da região administrativas. E porque somos um partido democrático, ainda carece de alguma discussão. Há pessoas que estão mais favoráveis, outras menos. Portanto, foi uma pena não poder ter sido votado ponto por ponto porque nós somos naturalmente favoráveis. Foi a questão deste ponto 4 que levou a esta ao fato de alguns de nós, e exercendo o seu livre direito dentro de um partido democrático, optarem pela abstenção. Dizer, também, que o artigo 71 do Regimento, permite que, em casos omissos, seja a Assembleia a decidir o que fazer."

Ana Rezende (CDU) "Não aceitei que se fizesse ponto por ponto porque o documento é um todo coerente e que, em matéria de moções, de saudações, votos de pesar e congratulações, as alterações aos documentos só podem ser feitas se o próprio que o apresenta assim concordar, portanto, daqui não cabe recurso para a assembleia. O recurso para a assembleia para votar, dirige-se em outras situações omissas do Regimento, nomeadamente em matéria do próprio funcionamento da Assembleia, não é para isto, porque então qualquer autor do documento ver-se-ia na iminência de ter até que o retirar, porque alguém vinha e alterava. Relativamente a questão da regionalização, eu percebi logo que seria essa a questão controversa, mas lamento, mas ela está na Constituição, portanto, é um dado legal. Aliás, vivemos numa numa inconstitucionalidade por omissão relativamente a esse assunto.

Ana Rezende (CDU): "Moção - Acesso das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários ao "Gasóleo Verde": Os Corpos de Bombeiros mantidos por Associações Humanitárias de Bombeiros (AHBV) prestam anualmente mais de 1 milhão e meio de serviços em todo o território nacional. Prevenção, Vigilância e Combate a incêndios, Emergência Pré-Hospitalar, Socorro e Acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos,



Transporte de Doentes, Abastecimento de Água e muitas outras missões de socorro e apoio às populações, fazem dos Corpos de Bombeiros o principal pilar do Sistema de Proteção e Socorro em Portugal, no geral e no nosso Concelho em particular. As AHBV, em consequência do enquadramento legal do financiamento, das sucessivas sub-orçamentações nos Orçamentos de Estado e das condições em que prestam os serviços ao Ministério da Saúde, no âmbito da Emergência Pré-hospitalar e transporte de doentes, há muito que vivem grandes dificuldades económicas, que nos últimos anos, com a pandemia, foram substancialmente agravadas com o aumento das despesas e a diminuição de receitas. O sucessivo aumento do preço dos combustíveis, para muitas AHBV já está a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram às populações e o mesmo poderá acontecer a outras. O Governo anunciou que vai apoiar com 1500 euros cada AHBV, a título de adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis, medida que fica muito aquém do que os bombeiros necessitam e merecem. Entre as medidas que se impõem implementar num justo regime de financiamento das associações, conta-se a criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da missão dos corpos de bombeiros, vulgarmente designado por gasóleo verde. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida em 19 de abril de 2022, delibera: 1. Expressar a sua solidariedade à Associação Humanitária Bombeiros Voluntários do Concelho de Espinho, à Federação dos Bombeiros do Distrito de Aveiro e à Liga dos Bombeiros Portugueses. 2. Apelar ao Governo e aos grupos parlamentares que legislem, rapidamente, para que os Bombeiros tenham, finalmente, acesso ao gasóleo verde, 3. Recomendar ao Ministério da Saúde para cobrir os custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e Transporte de Doentes.”

Não houve intervenções sobre o documento.

Votação: aprovado por unanimidade dos 24 membros presentes

Ana Rezende (CDU): “Moção - Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os crimes de guerra: “Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas

relações entre os povos." (vide artigo 7º, nº 2 da CRP). "Senti vergonha quando um grupo de Estados se comprometeu gastar 2% do PIB para comprar armas, em resposta ao que está a passar-se. Uma loucura (...) A verdadeira resposta, no entanto, não são mais armas, mais sanções, mais alianças político-militares, mas sim um foco diferente, uma forma diferente de governar o mundo, agora globalizado, e de configurar as relações internacionais" (Declarações do Papa Francisco em 24/03/2022). Assim, é preciso pôr fim a uma guerra que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto económico e belicista em curso e defender a paz. É necessário assegurar as condições para um cessar-fogo e uma solução negociada, travar o aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para agravar as condições vida dos trabalhadores e dos povos. Ninguém pode ser indiferente ao sofrimento e destruição associados à guerra, seja ela qual for. A morte e a perda de vidas humanas é sempre a face mais visível das guerras e forte razão para que devem ser evitadas. O que exige que se concentrem os esforços de todos os que defendem a paz na garantia da integridade e do respeito pela vida e não na instrumentalização das vítimas de conflitos. As notícias difundidas a partir dos centros do poder ucraniano e ampliadas pela máquina de propaganda que tem rodeado a guerra na Ucrânia sobre os "crimes de guerra" ocorridos, não só são inquietantes como exigem cabal apuramento. Considerando que todos os actos criminosos, incluindo em cenário de guerra, não só não têm justificação como merecem a mais viva condenação, ocorram eles em solo da Ucrânia ou de outros países; Considerando comprovados exemplos em que determinadas situações apresentadas como verdadeiras, se vieram posteriormente a confirmar falsas e baseadas em operações de manipulação – de que é testemunho a invocada existência pelos EUA de armas de destruição massiva que conduziu à guerra no Iraque com colossais sacrifícios e perdas humanas –, situações essas inseridas numa linha de provocação para justificar junto da opinião pública estratégias de agressão e de ingerência, e para forjar acusações e responsabilidades que se vieram a revelar falsas; Considerando os graves perigos da escalada da guerra para a região e para o mundo, e a urgência de soluções que garantam a paz. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 19 de Abril de 2022: - Reclama o indispensável, cabal e rigoroso apuramento das situações relatadas, assegurado por parte de entidades efectivamente independentes, determinado pela real avaliação dos factos, e não por julgamentos pré-determinados, que contribuam não para apurar a verdade, mas sim para alimentar versões que servem para justificar a escalada da guerra e os objectivos de quem nela vê uma peça para garantir a sua



hegemonia mundial; - Condena todos os actos criminosos, incluindo em cenário de guerra, quer eles ocorram ou tenham ocorrido em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão, da Líbia, da Palestina, da Síria, do Iémen, do Líbano, do Saara Ocidental, ou de outros países.”

Jorge Pina (PS) deu os parabéns à vogal Ana Rezende que fez um documento muito bem feito, mas disse que votaria contra, porque considerava que era um embuste não falar uma única vez da invasão da Federação Russa e do Senhor Putin à Ucrânia.

Abel Santos (PSD) disse que de facto na constituição constava o “desarmamento geral”, e que isso era para todos, era geral. Acrescentou que não podia ser apenas dirigido à Ucrânia, tendo a Rússia também de ser desarmada. Quanto se referia às notícias difundidas pelo poder ucraniano, considerava que o documento feria de morte a posição da CDU porque era uma posição completamente incoerente com alguém que dizia que defendia a paz, defendia os povos, defendia os trabalhadores, defendia tudo, mas apontava o dedo à informação ucraniana. Que na visão da CDU a responsabilidade das pessoas estarem a morrer de ambos os lados era da informação ucraniana que estava a manipular, mas que dessem as voltas que dessem, não era possível branquear o que se estava a passar na Ucrânia. Fez notar que o país invadido era a Ucrânia e não a Rússia. Que não era com aquele tipo de documento que se promovia a paz, onde se punha o óbice, a manipulação, a desinformação na vítima.

Teixeira Lopes (PS) disse que a vogal Ana Rezende apenas citou o n.º 2 do artigo 7º da Constituição da República, pelo que começou por ler o n.º 1 do mesmo artigo: “Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da Independência nacional, do respeito dos direitos do Homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.” Acrescentou que bastava sublinhar aquele n.º 1 para poder imediatamente votar contra a moção da CDU. Continuou com o n.º 5: “Portugal empenha-se no reforço da identidade Europeia” referindo que não estavam na Ásia ou em África, estavam na Europa e, portanto, tinham que reforçar a identidade europeia e o fortalecimento da ação dos Estados europeus, a favor da democracia, da paz, do progresso económico e da justiça nas relações entre os povos. Leu o n.º 6:” Portugal pode, em condições de reciprocidade, com respeito pelos princípios fundamentais do Estado de direito democrático e pelo

princípio da subsidiariedade e tendo em vista a realização da coesão económica, social e territorial, de um espaço de liberdade, segurança e justiça e a definição e execução de uma política externa, de segurança e de defesa comuns, convencionar o exercício, em comum, em cooperação ou pelas instituições da União, dos poderes necessários à construção e aprofundamento da união europeia”. Referiu que, tanto quanto sabia, a guerra que estava a ser travada era na Europa e que, tanto quanto sabia, Portugal fazia parte da União Europeia. Que, quando a União Europeia tomava uma deliberação por maioria, necessariamente, que Portugal, mesmo que tivesse votado contra, que não era o caso, tinha que atuar em conformidade com aquilo que foi decidido pela maioria. Leu o n.º 7: “Portugal pode, tendo em vista a realização de uma justiça internacional que promova o respeito pelos direitos da pessoa humana e dos povos, aceitar a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, nas condições de complementaridade e demais termos estabelecidos no Estatuto de Roma.” Que aquele programa, previsto pela nossa Constituição atual, não tinha papas na língua, era democrata e exigia o cumprimento pela paz, pela segurança entre os povos, pela sua cooperação e pelo respeito pela sua soberania, o que o Presidente Putin não fez e coisa que a Federação Russa iria ter vergonha dali a uns anos, quando, por qualquer razão, for lembrado isto que foi feito em seu nome.

Paulo Leite (PSD) disse que quem queria a paz não agredia, quem queria a paz não invadia, não dizia aquelas coisas e nem afirmava da maneira como estava a afirmar. Que a culpa não era da vítima e a vítima era a Ucrânia. Que não valia a pena dizer que a informação era manipulada, porque naturalmente que era, mas o que era certo era que havia um invadido e que o Presidente Zelensky, estava a fazer o seu dever. Que acreditava também que a nação russa, mais tarde, viesse a envergonhar-se, sendo que já muitos russos estariam agora a ficar envergonhados por tudo aquilo que estava a acontecer. Que até compreendia a vogal da CDU, em seguimento daquilo que a CDU tinha vindo a defender, sendo o único partido que defendia o indefensável. Disse que o PSD não podia, de forma alguma, votar favoravelmente aquele documento, estando veementemente contra aquela moção.

Ana Rezende (CDU) disse que o documento não falava da invasão russa, como também não falava de outros crimes cometidos na região do Donbass, desde há 8 anos a esta parte, em Donetsk, em Lugansk, do ataque à sede dos sindicatos em Odessa em 2/05/2014, em que elementos do agora chamado batalhão AZOV



assaltaram a sede, puseram fogo e deixaram 40 pessoas a morrer lá dentro. Que falava de algo que era obvio e que era preciso estar-se mesmo já com algum preconceito relativamente à situação, para não se perceber o que se dizia no documento. Quando se referia às notícias difundidas a partir dos centros de poder ucraniano e ampliadas pela máquina de propaganda, significava que quem deu a notícia e o alerta que estariam a ocorrer crimes de guerra foi de facto a Ucrânia. Acrescentou que, se havia de facto, crimes de guerra, tinha de se investigar com uma Comissão independente, sendo que a ONU já recusou apoiando uma comissão independente constituída pela Europa e pela Ucrânia, perguntando onde estava a Independência disso. Disse que a Constituição da República Portuguesa obrigava o Estado Português e não outros Estados Membros, e quando se falava de um desarmamento geral, era relativamente, também, a posição de não fazerem parte de blocos político, militares ou geopolíticos. Referiu que o vogal Teixeira Lopes saltou o n.º 4 da Constituição, as relações com os PALOP, que não deixavam de ser muito importantes. Que de facto, estavam na União Europeia, eram vinculados e vinculavam, na medida em que participavam, mas que isso não queria dizer que tinham que fazer parte de algum bloco político militar. Que uma coisa era a União Europeia, outra coisa era a NATO. Que estavam a tentar confundir conceitos, como se tivesse uma decorrência lógica para justificar votar contra o documento, sendo que custava-lhe que pretendessem, aceder naquele documento, a apologia de um lado em desfavor do outro, mas que o documento era pela paz, pela verdade, contra a mentira e contra os crimes de guerra. Que já tiveram exemplos históricos de que, com uma mentira, se invadia um país. Que a Secretária de Estado norte-americana, tinha referido que, mesmo na mentira, se justificava invadir o Iraque. Que não havia boas nem más guerras, que eram todas más, todas ilegais, imorais e indecentes. Acreditava que não deviam compactuar com isso, nomeadamente armando ainda mais um dos lados beligerantes e por isso tinha citado o Papa Francisco e referiu, há pouco, a deliberação do Parlamento Europeu em que os eurodeputados da CDU votaram contra, nomeadamente a partir dos pontos 25 e seguintes. Fez notar que, quando, naquele momento, no nosso país, o aumento das pensões e dos salários já não servia sequer para cobrir o aumento da inflação, que se previa que nos próximos 2 anos seria muito superior aos cortes que a Troica efetuou em Portugal, alocar mais verbas para a defesa, quando o custo de vida aumentava e o acesso a bens essenciais já começava a ser um problema novamente em Portugal, não percebia muito bem o que passava pela cabeça das pessoas.

Teixeira Lopes (PS) referiu que não falou no n.º 4 do artigo 7º intencionalmente dado que Portugal mantinha laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa, mas eles não estavam na Europa. Que estavam ali a discutir um problema estritamente. Que, embora nunca tenha havido em Portugal um referendo para saberem se os portugueses desejavam ou não a adesão à União Europeia, a verdade era que, em eleições sucessivas, os partidos que defendiam a adesão à União Europeia foram sufragados maioritariamente e a partir do momento em que entraram na União Europeia, houve um salto qualitativo na vida dos portugueses. Que desde o século XIV, quando partiram para a expansão, foram em busca do ouro e do trigo, depois chegaram à Índia e tiveram o Império Asiático e era de lá que vinham as especiarias e que, quando perderam aqueles, foram para o Brasil, e depois até África já no século XIX. Depois de perderem o Africa, quem salvou Portugal foi a União Europeia, sendo que, num quadro centenário, a União Europeia foi a saída para o que andaram a fazer desde o século XIV. Que não podiam ser da União Europeia, nuns dias e noutros não, que não podiam gostar da união Europeia por causa dos fundos e depois não gostar porque eram prejudicados, por a concorrência ser desleal, etc.

Abel Santos (PSD) protestou, referindo que não havia nenhum preconceito relativamente ao documento, mas estavam contra o articulado na deliberação. Que não tinha nenhuma importância se eram as primeiras notícias, as segundas notícias, ou as terceiras notícias, porque todas elas eram más, todas elas eram horríveis e dizer que vinham do poder ucraniano, era, extremamente condenável. Relativamente à comissão independente, disse que, estando lá a União Europeia, a Ucrânia naturalmente tinha de estar, mostrando ao mundo as ruínas do seu país soberano. Quando referiu que não se devia apoiar armando um dos beligerantes, pois, assim já não existiria a Ucrânia. Que tudo isto tinha um custo brutal, mas que havia um invasor e um agredido e pensar-se em ter um Estado completamente desamparado e não ser defendido, os efeitos seriam naturalmente bem piores para todos. Que as verbas eram para reforçar a defesa, não para reforçar o ataque, sendo que a Ucrânia estava a defender-se de uma agressão. Que, para além dos considerandos, se constasse da deliberação a promoção de um cessar-fogo imediato, a abertura de corredores humanitários para salvar as pessoas, naturalmente, teria uma aceitação diferente naquela Assembleia.



Ana Paula Africano (PS) disse que sendo a moção pela paz contra o armamento, o que estava em causa com aquela guerra, infelizmente para a Europa, era o ressurgimento da importância da NATO e, naquele contexto, a importância da União Europeia em ter uma política de segurança comum, o que obrigava o desviar de fundos para efeitos de defesa que deviam ser prioritariamente canalizados para outros fins. Que isso não estava na agenda de trabalhos nem nos projetos da União Europeia, sendo que a União Europeia era algo que surgiu da tentativa de estabelecer um modo de vida entre os povos europeus que garantisse a paz e evitasse a guerra. Que a União Europeia começou com a Comunidade Económica Europeia, que, por sua vez, começou com a Comunidade do Carvão e do Aço, que era uma Aliança entre a França e a Alemanha, portanto os beligerantes principais, originários da Segunda Guerra Mundial, toda ela construída no sentido de criar interdependências entre os povos, de maneira a tornar inviável a agressão entre eles, tendo dado frutos até à data porque, de facto, a guerra não começou entre povos da União Europeia. Que a adesão à União Europeia tinha um pressuposto de um funcionamento de uma sociedade com base num Estado de direito democrático e que um dos problemas que atualmente tinham dentro da União Europeia, como o caso da Polónia e da Hungria, era que, dentro do contexto da adesão à União Europeia existiam requisitos de um Estado de direito de funcionamento pleno, com um poder judicial autónomo independente. Contudo, aparentemente, havia um buraco na lei, uma vez que sendo países de pleno direito, aqueles requisitos não estavam presentes, ou seja, assumiam-se como adquiridos, sendo que os mecanismos de gerir aquela situação de retrocessos, em processos democráticos devidamente a organizados à europeia, terem que ser tratados naquele novo contexto, fazendo sanções, não transferindo dinheiro para criar pressão política para que se mantenham dentro da linha democrática, sendo que aqueles problemas surgiam em alguns países com adesões mais recentes. Referiu que a Europa tinha seguido uma linha muito pouco armamentista, muito pouco militarizada, à parte da sua participação de muitos países na NATO, porque tinha na sua fundação aquela ideia de que os povos deviam cooperar entre si e que a melhor garantia contra a guerra era serem interdependentes, sendo que a globalização, em parte, também fazia isso à uma escala maior. Disse que todos estavam a pagar por aquela guerra, os ucranianos, obviamente, na linha da frente a sofrer destruição, outros por causa da inflação e, os povos dos países mais pobres, devido à escassez de cereais, quando as colheitas falharem, com as crises de fome. Que naquela guerra, não podiam ter dúvidas sobre quem era o agressor e quem eram os agredidos. Que o mundo era muito mais

complexo e não devia ser visto a preto e branco e que, naquele ponto de vista, concordava com a vogal Ana Rezende, no entanto, aquela guerra podia ter muitas nuances entre o preto e o branco, mas havia uma coisa que era preto e branco, que era quem era o agressor e quem era o agredido, que era uma guerra entre David e Golias e, portanto, não devíamos hesitar em saber de que lado deviam estar, lamentando que não fosse esse o sentimento de todos, mas que a democracia era de facto, terem o direito de ouvir aquilo com que não concordavam. Que relativamente aquela moção desvinculava-se completamente.

Ana Rezende (CDU) disse que deviam ler o texto todo porque ele não tomava partido político por ninguém, nos beligerantes. Que era a Ucrânia que dava o alerta para os crimes de guerra, portanto devia-se investigar. Que o protesto do vogal Teixeira Lopes foi uma dissertação sobre a União Europeia, seguido também da vogal Ana Paula Africano, quando não era isso o que estava ali em causa, mas sim a NATO, sendo que considerava que a União Europeia demonstrou total fragilidade em tudo o que se estava a passar, quase um andar a reboque daquilo que eram as posições dos Estados Unidos da América naquela matéria. Que, curiosamente, ninguém perguntava quem estava a enriquecer com a guerra, sendo que os EUA seriam a alternativa ao fornecimento de energia na Europa, eram eles que ganhariam e que não era por acaso que andavam há anos a armar o exército ucraniano e a cutucar a onça com Vara curta que era a Rússia. Que a população portuguesa iria sofrer com o agravamento das condições de vida, mas que, nessa altura, estariam ali para apontar o dedo e as responsabilidades. Relativamente a invasores e invadidos, disse que não se deviam lembrar que ainda muito recentemente, o senhor Presidente da Câmara recebeu o Embaixador de Israel, e que Israel invadia há muito tempo território que era palestino, sendo que nunca viu ali ninguém muito preocupado com o que acontecia todos os dias ao povo palestino, nem ninguém condenar a invasão de Israel aos territórios da Palestina, na Cisjordânia. Que eram dois pesos e duas medidas, era a falsa moralidade da história e que também nunca viu, e já que a União Europeia foi construída na base da paz, a União Europeia conseguir resolver, por exemplo, as mortes dos migrantes e dos refugiados que vinham pelo Mediterrâneo, ou seja, como não eram europeus, era carne para canhão que vinha da África. Que também sabiam disto e sabiam da génese xenófoba e racista que estava no meio disto tudo. Perguntou se alguém se interessava pelo que se estava a passar no Iémen, no Sahara Ocidental?



Votação: rejeitada com 23 votos contra, 1 abstenção e 1 voto a favor.

Declarações de voto: "

João Matos (BE) antes de proferir a sua declaração de voto, referiu que, conforme explanado na pequena e breve reunião da comissão permanente antes de iniciarem os trabalhos, o Bloco de Esquerda solicitou que tanto aquela moção trazida pela CDU, como a moção trazida pelo vogal Jorge Pina, fossem discutidas uma em sequência da outra. Que pelo meio, discutiram 3 pontos que que não tinham uma relação direta com o tema, o que lhe pareceu de todo que fosse o mais organizado e o mais compreensível para quem assistia aos trabalhos da Assembleia. Que preparou uma declaração de voto na qual mencionava a moção trazida pela CDU e a moção do Vogal Jorge Pina, passando então à sua leitura: "A invasão e a guerra que a Rússia levou à Ucrânia não tem justificação. Os massacres e os assassinios deliberados de civis não têm perdão. Esta agressão merece-nos, desde logo, uma condenação sem reservas e a solidariedade para com o povo ucraniano e para com todas as pessoas que se manifestam contra esta barbárie, sobretudo o povo russo, onde milhares de cidadãos são perseguidos pelo regime autoritário de Putin. Condenamos todos os imperialismos, sem hesitações morais, seja qual for a latitude. E para que não fiquemos somente pelas proclamações, é premente que o nosso país se preste a contrariar a indignidade daquela que vem sendo a política diplomática portuguesa, que tão bem casa com a alta finança. A aplicação de sanções à oligarquia russa, demonstrando que Portugal não compactua com as redes tentaculares que se movem pelo mundo e alimentam o poder de Putin, revogando os Vistos GOLD atribuídos, deve ser prioridade do Governo da República. Se não queremos ser um rolo compressor da democracia, está aqui uma boa forma de o demonstrar. Também a defesa do cancelamento da dívida externa ucraniana, como vem propondo o Bloco, garantindo o desenvolvimento do país durante e após a brutalidade deste conflito, é uma oportunidade de demonstrarmos que a solidariedade com os povos dilacerados pela guerra não é apenas verbo de encher. Para o Bloco, a invasão da Ucrânia pela Rússia não justifica nunca a ressurreição do militarismo global, que tanto contribuiu para a criação do problema. Tal como deveria ter acontecido após a II Grande Guerra, as corridas aos armamentos precisam de ser desmanteladas hoje e suplantadas por instituições de colaboração e cooperação internacional. Para nós, a Guerra não pode ser "a continuação da política por outros meios", para citar a famosa frase de Clausewitz. Na verdade, a Guerra

apenas demonstra e certifica o falhanço da política. Defendemos, outrora como agora, que para sermos capazes de usar a História para as tarefas contemporâneas, aquelas que temos em mãos, precisamos de inscrever indelevelmente as palavras de ordem: "ANTIMILITARISMO" e "NÃO À GUERRA". Se queremos mesmo falar deste conflito, tentemos olhar para a complexidade que ele tem, para as razões que o envolvem, e não para a simplicidade panfletária que alguns gostariam que tivesse. O debate sobre o contexto não pode estar sujeito a qualquer chantagem que o torne monolítico e, por natureza, redutor. As palavras importam. A Rússia invadiu a Ucrânia e a moção da CDU peca pela omissão deste facto. A moção apresentada pelo Sr. Vogal Jorge Pina é reveladora de intencional imprecisão. Ao citar o Papa Francisco, truncando a "vergonha" por si sentida, e à qual o Bloco se associa, pelo facto de alguns países, entre os quais o nosso, quererem gastar 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para aumentar o orçamento militar, como se comprometeram a fazer os membros da NATO, negligencia que "os poderosos tramam os seus movimentos para alargar o seu domínio em detrimento dos outros". Desgraçadamente, disse o Papa Francisco, "isto é fruto da velha lógica política de poder que continua a dominar a chamada geopolítica". As moções apresentadas pela CDU e pelo Sr. Vogal Jorge Pina, do PS, mereceram, portanto, a nossa abstenção."

Nuno Almeida (Presidente JF Anta e Guetim) "Perceber que citar o Papa Francisco quando convém dá jeito, pelos vistos, e já serve para justificar muita coisa. Eu percebo que não se combate a guerra com mais guerra, mas queriam o quê? Que a Ucrânia fosse desarmada, rendida, subjugada, ocupada? Não há nada que justifique esta guerra e dizer que o Zelensky é nazi ou apoia nazis, também não está comprovado. Não há nada que o comprove diretamente, apesar de, ideologicamente, para ser honesto, havia alguns discursos dele com algumas tiradas nacionalistas, isso preocupa-me. Que eu também censuro nacionalismo como o CHEGA ou como a Le Pen, mas devia dizer-lhe justificar esta guerra por ele. Esta moção é moção é, no mínimo, um vergonhoso exercício de branqueamento da invasão russa, os atos criminosos que a Rússia está a fazer num país que estava em paz, não estava em guerra, estava em paz. E, portanto, para um partido que defende e que apoia a autodeterminação da Palestina e também se calhar, acha que Tiananmen foi propaganda, vir aqui, defender ou pretender branquear esta invasão é, no mínimo, vergonhoso. Eu quero a paz, a Miss Costa Rica também quer a paz, mas a única proposta para ajudar verdadeiramente, a Ucrânia é retirar de lá o invasor. E bastava



só ele ter dito que pretende usar ou insinuar que quer usar as armas nucleares que bastava para a comunidade Internacional ajudar a Ucrânia. Mas a proposta do PCP é que a Ucrânia se renda, mesmo sabendo que milhares de pessoas vão continuar a morrer, ucranianos e russos vão continuar, estão a morrer e vão continuar a morrer. Essa é a proposta do PCP que ele se renda. Eu Não conheço a Miss Costa Rica, mas sei que é melhor que a do PCP, mas também sei que há gente no PCP que pensa de forma diferente e por isso votei contra.”

Paulo Leite (PSD): “Dar nota que naturalmente só podíamos votar contra. Há de facto um agredido e um agressor. Não há dúvida nenhuma sobre isso. Invocar o nome de Deus, neste caso, através do Santo Padre em vão, também não parece nada correto e como diz o Senhor Presidente da Junta de Anta e Guetim, quando dá jeito invoca-se se e quando não dá jeito não se invoca. Só queria colocar aqui a questão, vale a pena todos refletirem sobre isto, então nós estamos a ser agredidos ou sujeito a sermos agredidos, e vamos defender-nos com físgas contra armas nucleares, é isso? A Ucrânia é invadida, está a ser agredida, era o Putin que vinha dizer que está bem invadir a Ucrânia e não era a Ucrânia que vinha alertar aquilo que estava a acontecer. Segundo diz, foi a Ucrânia que alertou que havia lá problemas, então há um problema na Ucrânia e resolve-se o problema com uma invasão? Eu francamente, não consigo perceber, mas mesmo francamente, não consigo perceber como é que se defende desta forma uma agressão deste tamanho. Folgo saber que o Partido Comunista quer a paz, tal como a Miss Costa Rica também quer. É claro que todos queremos a paz, mas não podemos é aceitar isto e muito menos, muito francamente, branquear tudo o que está aqui a acontecer. Falar na União Europeia é um excelente exemplo. Os países europeus foram beligerantes durante muito tempo e esta União veio trazer de facto a paz, esta União tem resistido a muitos desafios. Ainda recentemente, com a saída da Inglaterra com o Brexit. Foi capaz não só de resistir, foi capaz de se renovar, de mostrar que é mais forte. Quanto à questão do consumo dos 2% do orçamento para armamento, é claro que tem que ser, nós temos que nos defender, imagine que nós não gastamos nada e o Putin vem por aí fora, nós pegamos umas físgas, defendemo-nos contra os mísseis à físgada contra os invasores. Sem querer ser ofensivo, naturalmente, respeito muito a vogal Ana Resende, mas sinto-me um pouco envergonhado com este tipo de defesas, obviamente que o voto do PSD só poderia ser contra uma invasão da maneira como esta aconteceu.”

Ana Rezende (CDU) “É evidente que ao apresentar esta moção, a votaria favoravelmente. E votei favoravelmente, porque ela pugna pela paz, pela verdade contra a mentira e os crimes de guerra. Esta moção não se destina a tomar partido das forças beligerantes, destina-se à paz, à verdade que todos temos direito, contra a mentira e contra os crimes de guerra, é sobre isso que esta moção fala, não fala de mais nada e percebi de todas as intervenções e declarações de voto que, faz-se aqui uso do velho ditado, “Queres a paz, arma-te para a guerra”, quando isso está mais que provado que não é esse o caminho. Não me recordo e gostava que alguém me mostrasse, quando é que o PCP alguma vez disse que a Ucrânia tinha que capitular ou se render. Nunca vi isso em lado nenhum, mas com certeza alguém me há de aqui explicar, e eu terei muito gosto em ouvir a explicação. E é com tristeza que vejo esta Assembleia e no dia de Hoje, após termos aprovado uma saudação ao Dia Internacional da Mulher, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Anta e Guetim e o vogal do PSD fazerem aqui uma pseudo brincadeira com alusão à Miss Costa Rica. Isso faz parte da misoginia e é muito condenável.

Jorge Pina (PS) “Em memória dos meus amigos que apanhei aos pedaços, votei contra esta moção. Votei contra porque não é um exterminador de pragas, é um exterminador de ucranianos e votei contra com todo o meu coração.”

Terminado o período de antes da ordem do Dia, o Presidente da Assembleia disse que tinham uma inscrição do público presente. Interveio o Sr. Júlio Paulo Rodrigues Vieira da Costa sobre a questão do processo registado na Câmara Municipal de Espinho relacionado com a viabilidade de construção num terreno sito em Paramos atualmente em zona verde.

Presidente CME disse que conhecia o processo, e que o munícipe já tinha sido informado pelos serviços da Câmara Municipal que, no âmbito da próxima revisão do PDM, a possibilidade de alteração da zona poderia ser enquadrada.

Presidente da AME disse que já tinham esgotado o tempo regimental da reunião e colocou à consideração do plenário a sua continuação para discussão do ponto 4: Deliberar sobre a desafetação de parcelas de terreno de Domínio Público Municipal para o Domínio Privado Municipal - Processo LE-ARU n.º 7/20



Não havendo oposição, deu a palavra ao Presidente da Câmara que referiu ser um processo que já estava a ser desenvolvido há já algum tempo, esteve em discussão pública e era essencial e fundamental para que a Académica pudesse continuar a desenvolver e prestar os enormes serviços de relevância pública que tinha feito ao longo das últimas décadas. Tratava-se de uma requalificação e de uma ampliação do pavilhão, Arquiteto Jerónimo Rei, que sob o ponto de vista arquitetónico iria valorizar a entrada norte de Espinho consolidando e regenerando aquela zona do território. Que a Académica poderia desenvolver a sua atividade desportiva com outra dignidade e com outras condições, o que certamente traria a todos muitas alegrias. Que julgava ser um processo que não levantava quaisquer dúvidas e que a Académica merecia, uma aprovação por unanimidade.

João Matos (BE) referiu que o Bloco de Esquerda reconhecia a elevadíssima importância da Associação Académica de Espinho, o seu valor, o seu papel desportivo e social no Concelho, contudo, e como bem apontaram os vereadores do PSD, importava dizer que a reduzida participação na consulta pública, revelava a sua baixa divulgação, podendo vir a acarretar no futuro elevada controvérsia no impacto que a ampliação do pavilhão podia gerar sobre os blocos habitacionais existentes. Constataram que a avaliação feita a sub parcela Norte, de 45 m², era espantosa porque aquela rigorosíssima apreciação técnica, alegava megaproduções extraordinárias num ano, de 5000 kg de milho e de 500 kg de feijão e no outro ano alegava produzir 10000 kg de batata em 45 m², e ainda, nesse mesmo ano, também 12000 kg de hortaliça. Que a fazer fé na competentíssima avaliação feita por profissional do ramo, admirava estes 45 m² de terreno fértil e milagroso não terem concorrido ao Guinness Book e que a julgar pela abundância que aquela terra concedia, Espinho terá comprometido muito seriamente a sua segurança alimentar. Perguntou se o Presidente da Câmara não estava preocupado.

Presidente CME esclareceu que as avaliações eram naturalmente feitas por entidades certificadas e o que estava ali em questão era, efetivamente, que a Assembleia se pronunciasse se era a favor ou contra a desafetação.

João Matos (BE) disse que já se ia tornando um hábito atirar para as calendas esclarecimentos necessários e colocados por membros eleitos daquela Assembleia Municipal. Que onde faltava clareza e opacidade era necessário prestar-se

esclarecimentos, tendo-lhe colocado uma questão muito precisa, 45 m² e uma produção agrícola astronómica e pediu esclarecimentos quanto a matéria.

Presidente CME disse que não estavam num tribunal, mas numa Assembleia Municipal e que tinha o direito de responder ao que entendesse e tinha o direito de não responder ao que entendesse. Que existiam entidades devidamente certificadas para o efeito, que o processo esteve em discussão pública e o que o vogal João Matos teve toda a oportunidade do mundo de expor, de promover, de fazer tudo o que entendesse. Que não contasse com ele para descredibilizar aquele órgão, estando ali efetivamente para esclarecer os espinhenses, para nivelar o debate político, sempre numa lógica de discutir os assuntos que interessavam aos espinhenses. Que em discussão estava a requalificação e ampliação do pavilhão da Académica, tendo os Srs. Vogais de dizerem se estavam a favor ou contra.

Ana Rezende (CDU) disse que, nos documentos apresentados, constava da deliberação de Câmara que os Vereadores do PSD abstiveram-se naquela questão e que iriam apresentar declaração de voto, mas que não foi apresentada e gostaria de perceber o porquê

Presidente CME disse que os Srs. Vereadores do PSD não queriam usar da palavra.

Votação: aprovado com 24 votos a favor e 1 voto contra.

A reunião foi dada por encerrada e marcada a sua continuação para o dia 26/04/2022, pelas 21.00 horas.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.



O Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
